

SANTA LÚCIA

Campo de futebol Santa Cruz pode ficar livre de construções

BERNARDO COUTINHO

Após recuperação de posse pela SPU, lei pode impedir prédios no tradicional campo

■ **KATILAINE CHAGAS**
kchagas@redgazeta.com.br

Depois de 86 anos ocupando uma área em Santa Lúcia, Vitória, o Campo Santa Cruz terá que deixar o local por causa de dívidas de ocupação de terreno de marinha. Mas, para garantir que nenhuma construção seja feita no campo, a Prefeitura de Vitória vai mudar o Plano Diretor Urbano (PDU) do local.

O município elaborou lei que altera o zoneamento do campo de Santa Cruz. “A partir dessa Lei aprovada, o campo só poderá ser usado para lazer ou atividade esportiva, dificultando a ideia da União de construir uma repartição pública naquele local”, afirma o prefeito Luciano Rezende.

“Não há nada mais injusto em lei nenhuma no Brasil do que o terreno de marinha”, completou o prefeito de Vitória.

O projeto de lei vai para análise do conselho e para a Secretaria de Desenvolvimento da Cidade (Sedec). Depois segue para audiência pública, até ser enviado à Câmara de Vereadores para aprovação. “Será tudo em regime de urgência. Ali não vai ser construído mais nada”, garantiu Luciano Rezende.

A dívida do Santa Cruz data de 2009 e é de R\$ 645 mil. Em valores atuais, seria de cerca de R\$ 1,1 milhão, segundo a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). A decisão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) é de 17 de março.

O diretor-financeiro do



O diretor-financeiro Nathael Alves afirma que o clube foi pego de surpresa com a decisão e vai ter que suspender projetos

Santa Cruz, Nathael Alves, afirma que o clube foi pego de surpresa com a decisão. O clube é responsável por uma escolinha de futebol que atende a 130 crianças.

“Não vai dar para manter a escolinha. Vamos tentar falar com a SPU para ver se dão prazo de 90 dias para desocupar o local”, disse Nathael. O prazo determinado pela Justiça é de 30 dias, a partir do recebimento da notificação, que ainda não foi entregue.

O município já propôs, ano passado, ação civil pública que questiona a cobrança de taxa de marinha em Vitória.

O prefeito citou como exemplos as capitais São Luís, do Maranhão, e Florianópolis, de Santa Catarina,

que também são ilhas e conseguiram decisões judiciais que as isentam de pagamento de taxa de marinha.

UNIÃO

O superintendente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Magno Pires, informou que o órgão está aberto ao recebimento de propostas de mobilidade urbana e de lazer para o local.

Caso a prefeitura faça isso e a proposta seja aprovada, o município não precisaria pagar nenhuma taxa. “O município pode requerer a concessão gratuita”, explicou Magno Pires.

Mas ele confirmou que mesmo se o Santa Cruz pagar a dívida, não será possível recuperar a ocupação do terreno.

DECEPÇÃO



“Não fomos avisados. O campo daqui beneficia outras comunidades, como Consolação, Itararé e Praia do Suá. Prática de esporte só aqui tem”

MAXWELL CRUZ HENRIQUES, 39 ANOS, DIRETOR DO CLUBE



“A comunidade está muito triste. Foram 86 anos de história. Meu pai foi um dos fundadores disso aqui. Agora vai ficar tudo abandonado”

JUDITH GONÇALVES HENRIQUES 51 ANOS, DONA DE CASA

Magno Pires negou que o órgão federal tenha intenção de fazer construção no local, mas confirmou que instituições públicas da União, que têm prioridade no uso do terreno, já manifestaram interesse na ocupação do local.

Entre esses órgãos estão a Advocacia Geral da União (AGU), a Controladoria Geral da União (CGU), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Pires explicou que o Santa Cruz ainda pode recorrer da decisão do TRF-2 no Superior Tribunal de Justiça (STJ). “Mas um recurso não suspenderia a decisão”, diz ele.